

Discurso de Sua Eminência o Cardeal D. José Tolentino de Mendonça

no Seminário do Camões sobre Cooperação Cultural e Língua – 8 de janeiro de 2020

Muito bom dia. Queria começar por saudar o Senhor Ministro de Estado e dos Negócios Estrangeiros, dizer-lhe que termos, também, um ministro que é um sociólogo e um homem de cultura tão empenhado como Vossa Excelência é, para nós todos – agentes da cultura –, uma grande consolação e um enorme estímulo. Queria cumprimentar o Senhor Administrador Executivo da Fundação Gulbenkian, o Presidente do Camões, I.P., as Senhoras Secretárias de Estado, as Senhoras e os Senhores Embaixadores, e todos os presentes.

Na minha comunicação, tratarei dois pontos: o primeiro é o retorno a um velho debate, que, por mais efetuado que esteja, penso que continua a ser importante sempre que se fala de cultura; sendo, no fundo, uma forma de pensar o que é a cultura, considerando a sua indeterminação categorial, pensá-la como uma dificuldade e como uma oportunidade em termos das relações internacionais, e, precisamente de uma cultura para a paz. No segundo momento da minha comunicação, tratarei este termo no pensamento do Papa Francisco, sobretudo em dois documentos importantes: o primeiro, a sua Exortação Apostólica de 2013, que é o seu programa de pontificado; e, no segundo momento, considerarei um dos grandes textos deste arranque de milénio, a Encíclica *Laudato Si*, sobre o cuidado da “Casa Comum” onde emerge uma noção de cultura dentro de uma reflexão sistémica da nossa sociedade e que me parece carregada de futuro. Naturalmente, esta reflexão terá sempre como horizonte utópico do desenvolvimento.

Pareceu-me que valia a pena recuperar a evolução do termo “cultura”, que é uma categoria relativamente recente, tendo sido cunhada no século XVIII alemão. Apesar de ter começado de uma forma bastante restrita – no princípio era a alta cultura, as manifestações artísticas ou científicas com um perfil claramente erudito ou universitário –, rapidamente esta categoria se democratizou, passando a descrever uma multiplicidade tão ampla de âmbitos, de experiências humanas, que muitos hoje duvidam da fiabilidade de tal categoria – a que se recorre para dizer tudo, e nada. De que falamos quando falamos de cultura? O sociólogo alemão Niklas Luhmann dizia: “o termo cultura é o pior conceito que alguma vez se formulou”, e na sua linha não faltam vozes que desconfiam da real capacidade operativa/heurística desta categoria de cultura. Se recuarmos no passado, percebemos que uma certa ambiguidade ou indeterminação, associada a esta categoria, esteve sempre presente; por exemplo, este vocábulo, “cultura”, é testado em Cícero na *Tusculanae Disputationes*, onde se referia apenas o cultivo do campo, sendo só metaforicamente aplicada ao cultivo do espírito. Mas nós sabemos que, na sociedade grega, se preferia falar de outro tema – para falar daquilo que hoje é referenciado a partir desta categoria –, os gregos preferiam o termo *paideia*,

e os latinos preferiam a categoria de *humanitas*, que, ao invés de falarem de cultura, falavam de humanidades.

Na civilização do ocidente, até ao século XVIII, o termo “civilização” tinha um uso muito mais frequente e muito mais incisivo do que o termo “cultura”. Este é um termo muito curioso, cujas mutações temos observado, mesmo em tempos muito recentes; apresentando-se como uma espécie de termo mutante. A própria UNESCO tem realizado com este termo um caminho muito interessante. No preâmbulo à Declaração Universal Sobre a Diversidade Cultural de 2001 diz-se muitas coisas sobre a cultura. E quando falamos de cultura, as nossas aspirações, os nossos desejos, a nossa sede crescem de uma forma exponencial. De certa forma, da cultura, queremos tudo. Nesta declaração tão importante sobre a diversidade cultural diz-se: “a cultura deve ser vista como um conjunto de características espirituais, materiais, intelectuais, emocionais, diferenciadoras de uma sociedade ou de um grupo social; e compreende, para além da arte e da literatura, os estilos de vida, as formas de viver em conjunto, os sistemas de valores, as tradições e as convicções”. É, de facto, uma amplitude que constitui, desde logo, uma dificuldade – e quem está no terreno e detém esta responsabilidade pela cultura, sente na pele esta dificuldade para perceber o que é, e o que fazer. Mas ao mesmo tempo, esta plasticidade do conceito oferece uma grande oportunidade, porque, de facto, percebemos que - e ainda citando o documento - “a cultura está no centro dos debates contemporâneos sobre a identidade, a coesão social e o desenvolvimento de uma economia baseada no conhecimento”, ao mesmo tempo que aparecem os direitos humanos que, como dizia o Senhor Ministro, é o que faz realmente a ponte entre as outras dimensões, porque a cultura está umbilicalmente ligada ao respeito pela diversidade, à tolerância, ao diálogo e à cooperação, a um clima de confiança e de compreensão recíprocas que constituem a garantia da paz e da segurança internacionais.

É curioso olhar para os documentos emanados pela UNESCO para percebermos como nas últimas décadas se tem feito uma evolução em torno desta categoria de “cultura”. Por exemplo: nos anos 50 e 60 do século XX, passou-se de uma noção muito restritiva de cultura como produção artística, à compreensão de cultura como “identidade cultural”. Isso permitiu à UNESCO empenhar-se no reconhecimento e defesa das culturas dos povos, bem como empenhar-se na igual dignidade de todas as culturas humanas, acompanhando os vários processos de descolonização. Nas décadas de 70 e 80, cimentou-se, sobretudo, o vínculo – ou a consciência dele – entre cultura e desenvolvimento, enquanto base da cooperação internacional e da solidariedade para com os países em vias de desenvolvimento. E o ênfase da atividade da UNESCO, nessas décadas, esteve sobretudo colocado nas trocas recíprocas entre os países, de maneira a multiplicar não só as parcerias, mas também em investir numa certa paridade de intercâmbio cultural.

Nas últimas décadas do século XX, assistimos, ainda, a uma ulterior mutação que foi reconhecer como é que as aspirações e práticas culturais desempenham um papel decisivo na

construção das Democracias. A UNESCO empenhou-se em mapear as situações de discriminação e exclusão vividas por povos indígenas, por populações migrantes e outras minorias. A ideia era fazer da política cultural um dos elementos-chave para as estratégias de desenvolvimento dos povos e da sua justiça, promovendo a criatividade e a participação na vida cultural, promovendo a indústria cultural, a diversidade cultural e linguística dentro das comunidades e para a sociedade inteira, e proporcionando fontes técnicas e financeiras para o desenvolvimento cultural.

Uma última etapa é aquela que desde o início do novo século e do novo milénio, com a Declaração Universal Sobre a Diversidade Cultural, nós temos vindo a assistir e aí, nesse documento, onde a cultura é descrita como um património comum da humanidade, mas um património plural: com uma grande variedade de formas, expressões e linguagem. No número um dessa declaração diz-se o seguinte: “enquanto fonte de intercâmbios, inovação e criatividade, a diversidade cultural” - agora já não se fala de identidade cultural, mas sim de diversidade – “é tão necessária para a humanidade como a biodiversidade o é para a natureza. Neste sentido deve ser reconhecida e afirmada em benefício das gerações presentes e futuras”.

A UNESCO tem vindo, naturalmente, a cimentar, a inspirar e a acompanhar aquilo que a ONU traçou para os objetivos de desenvolvimento neste novo milénio – a Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável. E aí emerge uma nova categoria, uma nova para o termo cultura, que hoje se apresenta como um conceito bastante recorrente, o de sustentabilidade cultural, e todo o empenho dos vários protagonistas para afirmar um desenvolvimento sustentável também do ponto de vista cultural.

A cultura saiu, assim, de uma função periférica e ornamental - para onde por demasiado tempo foi remetida - e percebe-se agora melhor quanto é intrínseca a sua relação com o desenvolvimento, quanto é decisivo o seu papel para a coesão nacional dos povos, e para a prosperidade de uma cultura da paz nas relações internacionais. Percebe-se, claramente, que a cultura é o grande observatório do humano, o principal espelho das aspirações e dos conflitos de cada época – mesmo da nossa –, a chave necessária para a compreensão dos mais importantes movimentos históricos, a bússola, ou como hoje se diria, o GPS para navegar o emaranhado do presente e, ao mesmo tempo, colher os sinais primeiros do futuro. Não há um desenvolvimento sem uma justa hermenêutica dos contextos, ou sem uma sabedoria, um instrumento sapiencial – como lembrava o Senhor Ministro – acerca das direcções, dos rumos que queremos tomar; e isso, claramente, não é apenas um debate económico, não é apenas um debate político, mas sem o contributo da percepção cultural não se realiza. Ao falar de cultura, falamos de um conceito amplo, plástico, por vezes difícil de lidar pela sua ambiguidade, mas ao mesmo tempo o facto de ser um conceito multimodo, o conceito de cultura torna-se um conceito decisivo para pensar numa cultura da paz e do desenvolvimento.

Gostaria, agora, de pensar o que pode ser o termo “cultura” a partir destes dois textos que considero axiais do magistério do Papa Francisco. E sendo, de facto, a reflexão de um líder religioso, não deixa de ser uma reflexão cultural e com interesse universal, e o seu ponto de vista pode iluminar a reflexão que todos devemos fazer para aprofundar o que são os principais dinamismos de uma cultura da paz.

O primeiro texto, a Exortação Apostólica *Evangelii Gaudium* de 2013, o primeiro ano do seu pontificado é, de facto, um texto programático, e aí começamos por encontrar uma definição de cultura. O Papa Francisco escreve: “A noção de cultura é o estilo de vida que uma determinada sociedade possui, a forma dos seus membros se relacionarem entre si com as outras criaturas e com o horizonte de sentido mais amplo da vida. A cultura abrange a totalidade da vida de um povo. O ser humano está sempre culturalmente situado”. Aqui temos uma definição ambiciosa, porque a cultura já não diz respeito apenas à produção cultural mais restrita, diz respeito aos estilos de vida e à forma de convivência que estabelecemos entre nós; toca a totalidade da vida e ao mesmo tempo é aquilo que nos contextualiza. Uma afirmação como uma evidência hoje universal é esta de que todos falamos, de um “lugar culturalmente situado”, e reconhecer isso é fundamental para as trocas que fazemos. O Papa Francisco afirma que não vivemos apenas numa época de mudança, mas estamos dentro de uma mudança de época. A cultura é, por excelência, o grande sensor dessa transformação, dessa trepidação que o presente tem no ato de se modificar. Na cultura jogam-se as grandes tensões, as grandes polaridades. É, de facto, o lugar onde a vida, a existência, se vê com a maior nitidez. O Papa identifica duas linhas: a linha de uma cultura do encontro, que nasce quando aceitamos abraçar o risco do encontro com o rosto do outro, contrariando a suspeita, a desconfiança permanente, o medo de sermos invadidos, as atitudes defensivas que nos impõe o mundo atual; e a par da cultura do encontro, temos a cultura do descarte, quando o ser humano ou determinados povos são considerados como um “bem de consumo” que se pode usar e depois lançar fora. Já não se trata apenas de aplicar as anteriores categorias de exploração e de opressão, mas estamos perante um momento novo da história, em que mais do que falar de “explorados”, devemos falar de “excluídos” e de “resíduos”, das sobras deste modelo de desenvolvimento.

Nesta reflexão primeira que o Papa fez, falou também, pela primeira vez, de quatro princípios que depois encontramos replicados no seu magistério ao longo destes anos. Estes princípios, que são princípios filosóficos, teológicos, são princípios para uma arquitetura da cultura da paz e por isso arrisco-me, aqui, a trazê-los e a apresentá-los, porque me parecem fundamentais para entender o pensamento deste Papa. E o primeiro princípio é o reconhecimento de que o tempo é superior ao espaço. Quando tratamos de cultura temos de sentir que o nosso trabalho não é apenas para ocupar espaços, e como o Papa diz, “mais do que ocupar o espaço, importa inaugurar processos”. Note-se que inaugurar processos implica trabalhar a longo prazo sem obsessão pelos resultados imediatos, implica suportar com paciência situações difíceis, que pedem de nós uma

resiliência muito grande, e implica ocupar-se com decisão em abrir essas portas que rangem para lugares que ainda não existem. Isto porque a cultura é uma ferramenta do futuro, não é apenas para contar o passado de onde chegamos, mas é esse ranger de portas para novos lugares da nossa humanidade, sendo que essa disponibilidade de abrir processos é fundamental numa política cultural.

O segundo princípio que o Papa apresenta é aquele que defende que a unidade prevalece sobre o conflito. Note-se que vivemos numa sociedade muito conflituosa e, talvez para surpresa nossa – mesmo para diplomatas que vão acompanhando ao microscópio a realidade social – apercebemo-nos de que a sociedade global é ainda muito conflituosa, e o facto de estarmos muito mais perto uns dos outros do que alguma vez estivemos em qualquer época anterior da história, não fez aumentar a nossa curiosidade pelos outros, a nossa abertura, o nosso desejo de conhecer e de entabular relações. Neste momento histórico, isso traduz-se num acentuar das conflitualidades, sejam as do quotidiano, sejam as da política internacional. E sentimos esse trânsito de uma estação mais polarizada em determinados blocos, mas que permitia uma certa pacificação do discurso social, para uma fragmentação da realidade e o acender de uma conjuntura conflituosa. O conflito em si mesmo tem um lugar importante na construção da vida e da história, mas não poderá ser a emoção ou o traço permanente da nossa sociedade. E o Papa, ao afirmar que “a unidade prevalece sobre o conflito” quer dizer que a solidariedade, entendida no seu sentido mais profundo e desafiador, torna-se o âmbito vital onde alcançamos essa unidade multifacetada que é capaz de gerar uma nova vida – a unidade não é um sincretismo, não é a absorção de um pelo outro, mas é a resolução num plano superior daquilo que são as nossas motivações parcelares.

O terceiro princípio é aquele que recorda que a realidade é mais importante do que a ideia: a ideia elabora-se, a realidade é; e entre as duas deve-se estabelecer um diálogo constante, evitando que a ideia se separe da realidade. Hoje o grande desafio é contrariarmos uma tendência cultural que nos faz viver de palavras, de imagens, de sofismas, de ideias que acabam por ocultar a realidade e, então, o que vemos nos vários movimentos sociais são “purismos angélicos”, como diz o Papa, “totalitarismos do relativo”, “nominalismos”, “projetos mais formais que reais”, “fundamentalismos anti-históricos”, “eticismos sem bondade” ou “intelectualismos sem sabedoria”. Precisamos de fazer prevalecer a realidade sobre a ideia. E o último princípio, que apresenta como arquitectura da sua visão cultural, é aquele que reconhece que o todo é superior à parte; ou seja, nós precisamos de um ancoramento na parte, precisamos de ter os pés assentes na terra e numa terra, não podemos viver de um universalismo abstrato e globalizante, como se fôssemos miméticos passageiros admirando os fogos-de-artifício do mundo com os aplausos programados do guião que nos move a todos. Mas por outro lado, como diz o Papa, não podemos ser um “museu folclórico de eremitas localistas, condenados sempre a repetir sempre as mesmas coisas, incapazes de se deixar interpelar pelo que é diverso e de apreciar a beleza que se espalha fora das próprias fronteiras”. Por

isso, traduzindo esta nova visão cultural, o Papa propõe uma mudança de paradigma, dizendo que nós temos vivido tomando a esfera como modelo, e a esfera em si mesmo é uma figura chata, plana, em que cada ponto é igualmente equidistante do centro, não havendo diferenças entre um ponto e outro. O paradigma que ele propõe não é este de homologação que a esfera traduz, mas é um novo modelo traduzido pelo poliedro que tem uma forma semelhante à da esfera, mas compõe-se de múltiplas faces que confluem, que convergem, que dialogam, mas mantendo a própria originalidade, mantendo a própria especificidade.

A esta visão cultural, [acresce] um contributo importante [que] surge com a Encíclica *Laudato Si* de 2015, e que é, como disse, um dos textos que dialoga com aquilo que muitos cientistas chamam o “ecocídio”. A ameaça é, segundo muitos, a realidade de destruição da Terra por parte do Homem, e hoje é impossível não ver o estado de emergência ecológica em que mergulhamos como civilização. Neste texto corajoso, carregado de futuro, o Papa Francisco denuncia o antropocentrismo despótico e desordenado que se desinteressa das outras criaturas, que viola as leis da natureza e os delicados equilíbrios entre os seres deste mundo, colocando o “ser útil” à frente do “ser”. A crítica que faz ao antropocentrismo, responsabilizando-o por esta crise ecológica, não deve ser vista apenas como sendo tecnicamente ecológica, porque a *Laudato Si* não é apenas uma encíclica verde, é um texto antes de tudo cultural, sistémico, porque mostra que está tudo conectado, sendo esta a novidade introduzida: o Homem está ligado à natureza e ao meio ambiente, e as assimetrias/desigualdades, os fenómenos de pobreza e de pobreza extrema que vivemos nas nossas sociedades e, sobretudo, em sociedades menos desenvolvidas está completamente ligado a esta destruição, a esta emergência que vemos na natureza com a sua degradação, o cúmulo da poluição, as emissões tóxicas, o dispêndio de energia e água em excesso, a perda de identidade e a rutura de vínculos de integração e comunhão social. O Papa propõe, assim, que a par da cidadania cultural, nós possamos declarar uma cidadania ecológica.

O Papa Francisco apresenta, ainda, quatro eixos para pensar esta conexão sistémica entre o que é o modelo social e o que é o modelo da ecologia, falando de uma ecologia integral ou de uma ecologia cultural, e penso que esta seja uma das linhas importantes de futuro para uma política cultural que promova realmente a paz. Com os quatro pontos termino esta minha proposta de reflexão.

O primeiro é o cuidado do Património Cultural da Humanidade. O Papa nesta visão total/integral da realidade recorda que, a par do património natural, existe outro património ameaçado: o património histórico, artístico e cultural – este faz parte da nossa identidade. Pensando na emergência ecológica atual, compreendemos que não podemos pensar em criar novas cidades que sejam ecologicamente sustentáveis, que sejam um ambiente completamente novo e despojado do próprio passado. Ou seja, o Papa afirma que na nova reflexão ecológica é preciso integrar a história, a cultura, a arquitetura de um lugar, salvaguardando a sua identidade original. Por isso, a

ecologia, o discurso ecológico, envolve também o cuidado das riquezas culturais da humanidade no seu sentido mais amplo. Não se pode, portanto, excluir a cultura na hora de repensar a relação do ser humano com o meio ambiente.

O segundo ponto que recorda o Papa Francisco é a necessidade de proteger a diversidade cultural. Este é um ponto que se liga com a agenda da UNESCO e é, penso, uma preocupação para todos nós: garantir que se contraria os mecanismos de uma economia globalizada, como é aquela atual, que tende a homogeneizar as culturas e a debilitar a imensa variedade cultural que é um tesouro da humanidade. Por isso, não se pode querer resolver todas as dificuldades através de normativas uniformes ou de intervenções técnicas sem ter em conta a complexidade das problemáticas locais que requerem uma participação ativa das comunidades, dos habitantes; nem mesmo a noção da “qualidade de vida” se pode impor, mas deve ser entendida dentro do mundo, dos símbolos e hábitos próprios de cada grupo humano.

Hoje, uma das dimensões humanas mais ameaçadas é precisamente esta da diversidade cultural; e isto, o Papa especifica com o terceiro princípio que oferece, que é a urgência de contrariar a extinção das identidades culturais. Muitas vezes, a intensa degradação a que o meio ambiente está sujeito esgota não apenas as formas de subsistência, mas também os recursos sociais que consentiram, ao longo de muito tempo, a construção de uma identidade cultural e de um sentido da existência e da convivência social. O desaparecimento de uma cultura pode ser tanto ou mais grave do que o desaparecimento de uma espécie animal ou vegetal. A imposição de um estilo hegemónico de vida, ligado a um modo de produção, pode ser tão nocivo, diz Francisco, como a alteração dos ecossistemas. Isto é uma atenção que somos chamados a ter e imediatamente vem ao nosso pensamento a situação de minorias e de povos indígenas, mas este é também um discurso para Portugal contemporâneo onde, por exemplo, o turismo, e a onda benéfica do turismo, coloca também desafios para que não se deixe extinguir as culturas locais dos bairros, a forma de viver, as tradições. Manter essa vitalidade é fundamental para o equilíbrio do próprio sistema.

Por fim, diz o Papa, é indispensável prestar uma atenção especial às comunidades aborígenes, com as suas tradições culturais. Elas não são apenas uma minoria nem devem ser tratadas assim, mas devem tornar-se os principais interlocutores, especialmente quando se avança com grandes projetos que afetam os seus espaços. Quando estas comunidades permanecem nos seus territórios, recorda o Papa, elas são quem melhor cuida desses territórios, e as pressões para que essas comunidades abandonem as suas terras e as deixem livres para outro tipo de projetos, normalmente, têm como consequência a degradação da natureza e da cultura.

A cultura é assim – e concluindo – um recurso essencial para a construção da paz, e é precisamente nos momentos de escassez e crise – seja ela financeira ou de identidade e de sentido, como é a que o nosso mundo, em grande medida, hoje vive – que a cultura deve ser vista como

bússola e motor de desenvolvimento. Apostar na cultura é apostar na vida, é investir no que a existência tem de mais profundo, de mais histórico e utópico, de mais pessoal e comum. Todos vivemos na e da cultura. Na multiplicidade das suas linguagens, a cultura é o nosso *habitat* permanente, é o nosso observatório e *atelier*, é o nosso dicionário e, ao mesmo tempo, o caderno de anotações daquilo que diariamente emerge e que ainda não está dito em língua alguma. A poeta Sophia de Mello Breyner Andresen recordava o seguinte: “Mesmo que fale somente de pedras ou de brisas, a obra do artista” – e, nesse sentido, a obra dos agentes de cultura – “vem sempre dizer-nos isto: que não somos apenas animais acoitados na luta pela sobrevivência, mas que somos, por direito natural, herdeiros da liberdade e da dignidade do ser”.

Muito obrigado.